



# **CAIXA AÇÕES EUROPA SOCIALMENTE RESPONSÁVEL**

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações

## **RELATÓRIO E CONTAS**

30 de junho de 2021





## ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

No primeiro semestre de 2021, estima-se que a atividade económica mundial prolongou a trajetória de recuperação, suportada pelo progresso na vacinação contra a COVID-19 e pelo apoio da política fiscal principalmente nos EUA, embora tenham prevalecido divergências significativas entre países e setores. Neste enquadramento, o Fundo Monetário Internacional reviu em alta o crescimento do PIB real global perspetivado para 2021, de 5,5% no relatório de janeiro para 6,0% no de abril, após a contração de 3,3% registada em 2020. A instituição considerou que a referida retoma é transversal tanto ao bloco desenvolvido (+5,1%) como ao emergente (+6,7%), sendo que a robustez deverá ser desigual entre os países, dependendo da severidade da pandemia, do acesso às vacinas e da continuidade do apoio das políticas macroeconómicas. No que concerne à evolução de preços, a conjugação de efeitos de base (comparação com os baixos registos no período homólogo), a valorização das matérias-primas, a reabertura da atividade económica e as disrupções na oferta fomentaram a subida da inflação no período.

Nos EUA, a recuperação da atividade económica destacou-se face aos principais parceiros comerciais, com um crescimento em cadeia no primeiro trimestre do ano de 1,6%, segundo os dados do Bureau of Economic Analysis. Este comportamento adveio, em particular, da robustez do consumo privado alicerçada no significativo suporte fiscal que impulsionou o rendimento disponível das famílias e no considerável progresso na vacinação contra a COVID-19. No segundo trimestre, o PIB real deverá evidenciar um crescimento superior, em resultado do efeito do pacote fiscal, conhecido como The American Rescue Plan Act of 2021, no valor de 1,9 biliões de dólares, aprovado em março. A taxa de desemprego apresentou uma trajetória descendente, tendo descido de 6,7% em dezembro de 2020 para 5,9% em junho de 2021, de acordo com o Bureau of Labor Statistics. Já a inflação denotou uma forte aceleração, advinda, designadamente, de efeitos de base, do impulso da recuperação da procura e de estrangulamentos da oferta. De facto, o índice de preços PCE (a métrica de referência da Reserva Federal Americana - Fed - para a inflação) subiu de 1,2% em dezembro de 2020, em termos homólogos, para 3,9% em maio de 2021, o que representa o registo mais elevado desde agosto de 2008. A autoridade monetária caracterizou este movimento como largamente transitório, sem alterações significativas à política monetária, mantendo, desta forma, a taxa diretora no intervalo [0,00%-0,25%] e o ritmo mensal do programa de compra de ativos em 120 mil milhões de dólares. Contudo, anunciou, em junho, que o debate para a redução gradual do programa de compras irá iniciar-se nas próximas reuniões.

Por seu turno, o PIB real da Área Euro evidenciou uma contração em cadeia de 0,3%, no primeiro trimestre de 2021, segundo os dados do Eurostat. Este comportamento resultou da queda do consumo privado, em resultado das medidas de contenção da COVID-19. Nas maiores economias da região, o PIB real da Alemanha contraiu em cadeia 1,8%, de França 0,1% e de Espanha 0,5%, enquanto o de Itália cresceu 0,1%. No mesmo período, a economia portuguesa apresentou uma variação de -3,3%. Todavia, os dados qualitativos e os avanços nos planos de vacinação (e conseqüente redução das medidas de contenção da COVID-19) indicam que a atividade económica da região deverá ter iniciado uma trajetória de recuperação no segundo trimestre. A taxa de desemprego da Área Euro registou uma diminuição de 8,2% em dezembro de 2020 para 7,9% em maio, com descidas na Alemanha, de 4,0% para 3,7%, em França, de 7,8% para 7,5%, e em Espanha, de 16,2% para 15,3%, e com subidas em Itália, de 9,9% para 10,5% e em Portugal, de 6,9% para 7,2%. A inflação denotou um incremento, ao ter passado de uma variação homóloga de -0,3% em dezembro para 1,9% em junho, de acordo com o Eurostat. Porém, em semelhança com os EUA, este incremento resultou também de um conjunto de fatores temporários, nomeadamente do fim da redução temporária do IVA na Alemanha, da atualização dos ponderadores do cabaz de bens e serviços, do aumento dos preços de energia, da reabertura económica e das disrupções na oferta. Perante este enquadramento, o Banco Central Europeu - BCE - anunciou, em março, o aumento do ritmo de compra de ativos ao abrigo do Programa de Compras de Emergência na Pandemia (vulgarmente conhecido pela sigla anglo-saxónica PEPP - Pandemic Emergency Purchase Programme) no decurso do segundo e terceiro trimestres de 2021, de forma a



preservar as conduções de financiamento em níveis favoráveis. Salientou-se, ainda, a submissão à Comissão Europeia dos Planos de Recuperação e Resiliência pelos Estados-membros.

Por fim, a China registou no primeiro trimestre deste ano um crescimento em cadeia de 0,6% do PIB real, de acordo com o National Bureau of Statistics. Os dados de consumo, de produção industrial e de investimento de abril e de maio apontam para a continuidade da resiliência da atividade económica no segundo trimestre do ano corrente. A inflação subiu de 0,2% em dezembro de 2020, variação homóloga, para 1,1% em junho de 2021, mantendo-se abaixo do objetivo do banco central de 3,0%.

## MERCADOS FINANCEIROS

Na atual conjuntura de retoma económica, no primeiro semestre de 2021, os mercados financeiros mantiveram o padrão cíclico, evidenciado desde finais de março de 2020. Neste âmbito, as classes de ativos de maior risco apresentaram performances positivas, com alguns mercados a atingirem máximos históricos ou de vários anos, o que contrastou com as negativas dos ativos considerados de refúgio. Para estes desempenhos contribuíram a recuperação económica global, possibilitada pela diminuição gradual das medidas de confinamento, decretadas para conter a pandemia COVID-19, e o impulso na procura agregada dos programas de estímulo fiscal, ao gerarem um ambiente favorável para um maior otimismo dos consumidores, dos empresários e dos investidores.

No mercado Monetário, as taxas de prazos mais curtos dos EUA evidenciaram quedas ligeiras, o que comparou com a estabilidade das da Área Euro. No mercado em dólares, o indexante Libor variou -9p.b., para 0,15%, no prazo de 3 meses, -10p.b., para 0,16%, no de 6 meses e -10p.b., para 0,25%, no de 12 meses. Já a Euribor manteve-se a -0,54%, na maturidade de 3 meses, aumentou de 1p.b., para -0,52%, na de 6 meses, e 2p.b., para -0,48%, na de 12 meses.

No que respeita às Obrigações de Dívida Pública, os mercados foram penalizados pela subida das taxas de juro, em especial de maturidades mais longas, tendo-se observado desempenhos negativos, de cerca de 3%, tanto nos EUA como no agregado da Área Euro. O aumento das yields foi indissociável do contexto de reabertura da atividade e do reforço das políticas fiscais de apoio à economia. Nos EUA, com a recuperação mais célere que em outras regiões e com a predisposição da administração americana para impulsionar de forma substancial a economia, a yield no prazo dos 10 anos atingiu um máximo de 1,74%, o que compara com o mínimo de 0,50% registado no auge do choque económico gerado pela pandemia na primeira metade de 2020, tendo-se verificado desde o início do ano uma variação de +55p.b., para 1,47% no final de junho. Em comparação a yield no prazo dos 2 anos subiu apenas 2p.b.. Na Área Euro, perante as perspetivas de recuperação económica, para a qual contribuirá o Plano de Recuperação e Resiliência Europeu, a taxa de juro nominal germânica a 10 anos apresentou uma variação positiva, de +32p.b., para -0,21%, face ao aumento mais modesto observado na maturidade dos 2 anos, de 6p.b.. Para além do aumento das yields das obrigações do tesouro da Alemanha, o desempenho do mercado de dívida pública da Área Euro foi condicionado pelo ligeiro alargamento dos prémios de risco de alguns Estados-membros.

As performances dos vários segmentos de Obrigações de Dívida Privada - Crédito foram divergentes, com os de *high yield* (grau especulativo) em ambas as moedas a evidenciarem-se pela positiva, em virtude do forte estreitamento de *spreads*, que compensou a subida de taxas de juro. Por seu turno, os segmentos de *investment grade* (grau de investimento), tanto em euros como em dólares, registaram perdas, com a redução de *spreads* a ser insuficiente para reverter o impacto negativo da subida das yields sem risco. Estas dinâmicas ocorreram num contexto de condições financeiras favoráveis, suportadas pelas políticas monetária em vigor, em especial pelos programas de compra de ativos implementados pela Fed e pelo BCE, e de taxas de incumprimento em níveis historicamente baixos.

A classe de Ações apresentou valorizações, sendo superiores em mercados de países desenvolvidos face aos de emergentes, em especial os dos EUA e da Área Euro. Para estes desempenhos foram relevantes a forte revisão em alta dos lucros esperados a nível global, decorrente da recuperação na atividade económica, a aprovação em março nos EUA de um novo pacote de apoio à economia, no



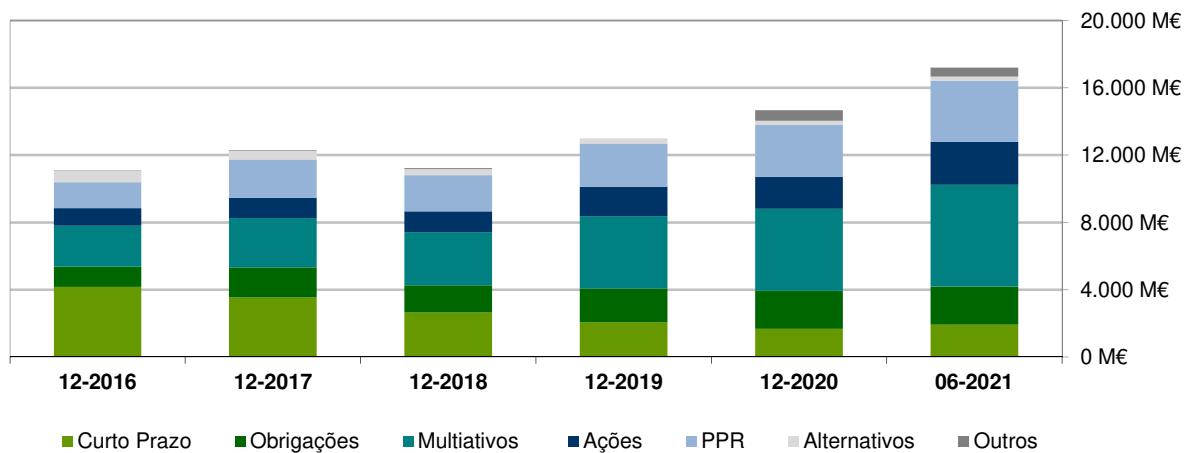
valor de 1,9 biliões de dólares, e os avanços no programa de infraestruturas. Neste último programa, com um valor global de investimento ao longo de 8 anos superior a 1 bilião de dólares, salienta-se o acordo firmado em junho, entre os senadores democratas e republicanos, que poderá representar uma base de entendimento importante para a sua aprovação no curto prazo. Paralelamente, assistiu-se à melhoria das relações comerciais e diplomáticas entre a União Europeia e os EUA, com reflexo nas suspensões das tarifas alfandegárias impostas na sequência das disputas sobre os subsídios à Airbus e à Boeing e do aumento programado das taxas às importações de aço e alumínio pelos EUA. A performance mais modesta do agregado de emergentes, refletiu a deterioração da situação pandémica em vários países da América Latina e da Ásia, tais como a Índia e o Brasil, e a manutenção das tensões diplomáticas sino-americanas.

Em relação ao Mercado Cambial, face ao euro, o dólar americano, a libra e o dólar canadiano apreciaram, o que comparou com a desvalorização do iene e do franco suíço. A moeda americana foi favorecida pelas expectativas de recuperação mais célere da economia dos EUA comparativamente ao bloco europeu. Esteve ainda em evidência a moeda britânica, cuja apreciação foi suportada pelo anúncio por parte do Banco Central de Inglaterra que irá reduzir o ritmo de compras de ativos.

## MERCADO DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO

Em 30 de junho de 2021, o valor dos ativos geridos pelos fundos mobiliários portugueses ascendeu a 17.202,3 milhões de euros, o que reflete um aumento de 17% nos montantes sob gestão, desde o início do ano.

Os Fundos Multiativos constituem o principal segmento de mercado, representando 35,1% dos fundos geridos e registaram um acréscimo de 24% no decorrer do semestre. O segundo lugar, com uma quota de 21,2%, é representado pelo segmento dos fundos PPR e registou um acréscimo de montante na ordem dos 18%. Seguido dos Fundos de Ações e de Obrigações, com uma quota de 14,8% e de 13,1%, respetivamente.



No final de junho, as quatro maiores gestoras portuguesas de fundos mobiliários concentravam 90,5% dos ativos sob gestão. A sociedade gestora com maior volume de ativos sob gestão é a Caixa Gestão de Ativos com 5.739 milhões de euros, traduzindo-se numa quota de mercado de 33,3%. Seguem-se a IM Gestão de Ativos, com 3.705 milhões de euros e uma quota de 21,5%, e a BPI Gestão de Ativos com 3.113 milhões de euros, correspondendo a uma quota de 18,1%.

Fonte: APFIPP: Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios - Valores a junho 2021. Na categoria *Outros Fundos* está considerado o Caixa Disponível, Fundo de Investimento Mobiliário Aberto (528M€), que em 2019 estava classificado como Fundos de Curto Prazo Euro.



## ATIVIDADE DO FUNDO

### Caracterização

OCAIXA AÇÕES EUROPA SOCIALMENTE RESPONSÁVEL - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações (adiante designado por Fundo) iniciou a sua atividade em 15 de novembro de 1993 e é comercializado na Caixa Geral de Depósitos e no Banco Best.

O Fundo tem como objetivo principal o investimento numa carteira diversificada de ações emitidas por empresas europeias, com capitalização e liquidez elevadas, sedeadas nestes países, e selecionadas de forma ativa e discricionária, que se distingam pelas melhores práticas de sustentabilidade. O seu património é investido no mínimo, diretamente ou indiretamente, 85% em ações da União Europeia, Suíça e Noruega.

A adesão em junho de 2019 aos Princípios para o Investimento Responsável das Nações Unidas (PRI), o mais relevante compromisso da comunidade de investidores institucionais a nível global para o reconhecimento do papel do investimento responsável na prossecução dos princípios universais nas áreas dos direitos humanos, meio ambiente e combate à corrupção, representou um passo relevante na afirmação da estratégia de Sustentabilidade da Caixa Gestão de Ativos, reforçando a importância estratégica que a incorporação de fatores ESG ("Environmental, Social and Governance") assume no processo de investimento dos fundos sob gestão.

A incorporação desta temática na estratégia de investimentos da Caixa Gestão de Ativos está enquadrada na Política de Investimento Socialmente Responsável, Política de Envolvimento e da Política de Exercício dos Direitos de Voto, que estão disponíveis no sítio da internet da Caixa Gestão de Ativos ([www.caixagestaodeativos.pt](http://www.caixagestaodeativos.pt)). É entendimento da Caixa Gestão de Ativos que a concretização do definido nas citadas Políticas permite cumprir o desígnio estratégico de constituir-se como um exemplo na realização de Investimentos Socialmente Responsáveis, centrando a sua atuação nas dimensões principais, integração e envolvimento.

### Estratégia de investimento

O 1º semestre de 2021 ficou marcado por um lado, pela continuação do movimento de recuperação económica mundial enquadrado pelos planos de suporte e de relançamento definidos pelas autoridades governamentais e monetárias dos principais blocos económicos, e por outro, pelas preocupações com a subida recente dos níveis de inflação e os receios quanto à sua persistência que, a confirmarem-se, terão inevitáveis impactos nas futuras políticas monetárias.

Este contexto influenciou positivamente a evolução dos mercados acionistas europeus, e o desempenho do Fundo durante os primeiros meses de 2021. Os ganhos conseguidos através da sobre-exposição do Fundo à classe acionista e os investimentos acertados em alguns títulos, nomeadamente nos setores Industriais e Tecnológicos, suplantaram desempenhos abaixo das expectativas de algumas empresas, nomeadamente no sector de Utilities.

A estratégia setorial seguida privilegiou sobre-exposições aos setores de Bens Industriais, de Consumo Cíclico, de Consumer Staples e Materiais em detrimento dos setores de Utilities, Farmacêutico, Tecnologia e Financeiro.

Adicionalmente, o Fundo manteve no 1º Semestre de 2021, a sua preferência pela escolha de empresas que respeitando os princípios de investimento sustentável definidos na sua política de investimento, desenvolvam sua atividade em áreas dependentes da evolução económica, com fortes expectativas de melhoria operacional, líderes no seu negócio, detentoras de equipas de gestão de reconhecida competência e com níveis de valorização implícita interessantes em oposição a empresas com elevados níveis de alavancagem financeira.

A manter-se o atual cenário económico e financeiro, não se perspetivam alterações no perfil da carteira, que se deverá revelar adequado à prossecução dos objetivos do fundo.



### Medidas tomadas no âmbito da pandemia Covid-19

Na sequência do surto pandémico Covid-19, o Conselho de Administração da sociedade gestora do Fundo tomou medidas de minimização dos riscos resultantes do desenvolvimento da pandemia e ativou o plano de contingência, passando a atividade a ser desenvolvida no edifício sede e em regime de teletrabalho.

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora continuará a acompanhar a evolução da situação económica internacional e os seus efeitos nos mercados mobiliários, considerando que as atuais circunstâncias excecionais decorrentes da pandemia não colocam em causa a continuidade das operações do Fundo.

### Avaliação do desempenho

Em 30 de junho de 2021, o valor líquido global do Fundo ascendia a 24.577.520 euros, repartidos por 2.186.100,5771 unidades de participação, detidas por 2.582 participantes. Nos últimos doze meses, o fundo obteve uma rentabilidade de 23,91%.

### Demonstração do património a 30 de junho de 2021

*Valores em euros*

Valores Mobiliários	24.098.947
Saldos Bancários	599.036
Outros Ativos	333.031
<b>Total dos Ativos</b>	<b>25.031.015</b>
Passivo	453.495
<b>Valor Líquido de Inventário</b>	<b>24.577.520</b>

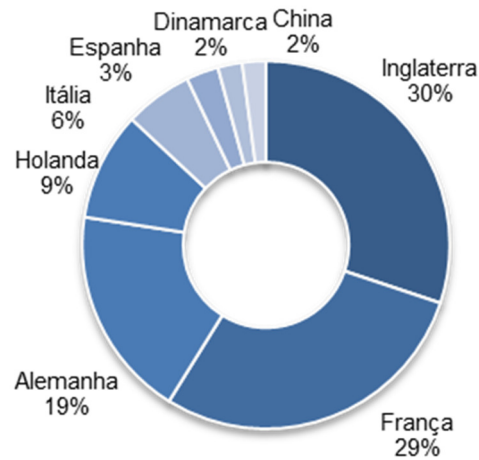
### Caracterização dos Valores Mobiliários

*Valores em euros*

Cotados em Bolsa portuguesa	0
Cotados em Bolsa europeia	24.098.947
Cotados em Bolsa não europeia	0
Negociados noutra mercado	0
Papel Comercial	0
Unidades de participação	0
Não cotados	0



## Composição da carteira



## Dados Históricos

Valores em euros

Ano	Valor Líquido	Número de UPs	Valor UP	Rendibilidade	Classe de Risco
2012	26.536.259,22	3.632.804,6707	7,3046	17,22%	6
2013	27.736.810,23	3.285.466,5315	8,4423	15,57%	5
2014	39.171.099,30	4.671.357,7295	8,3854	-0,63%	5
2015	43.365.935,71	4.826.967,0199	8,9841	7,08%	6
2016	32.508.155,76	3.702.175,4892	8,7808	-2,25%	6
2017	31.677.820,18	3.501.309,9790	11,0670	7,65%	4
2018	24.170.080,37	3.078.559,8526	7,8511	-16,84%	6
2019	25.701.548,61	2.533.123,8309	10,1462	29,23%	5
2020	22.154.933,50	2.364.397,5332	9,2470	-3,09%	7
2021 (*)	24.577.520,00	2.186.100,5771	11,2426	23,91%	6

(\*) – valores relativos ao primeiro semestre de 2021. A rendibilidade e o Risco referem-se aos últimos 12 meses.

Fonte: Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios (APFIPP).

As rendibilidades divulgadas representam dados passados e não garantem rendibilidades futuras. O valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função da classe de risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo).

Valores em euros

	2018	2019	2020	2021 (*)
Proveitos e Ganhos	14.301.538	16.950.230	12.369.051	6.452.118
Custos e Perdas	19.356.377	10.341.602	13.344.443	3.320.564
<b>Resultado Líquido</b>	<b>-5.054.838</b>	<b>6.608.628</b>	<b>-975.392</b>	<b>3.131.555</b>



<b>Impostos, Comissões e Taxas</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021 (*)</b>
- Impostos	121.702	133.869	114.581	72.082
- Comissão de Gestão	651.994	569.616	488.050	256.662
- Comissão de Gestão Variável	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
- Outras Comissões e Taxas	1.590	509	565	1.359
- Comissão de Depósito	29.636	25.892	22.184	11.667
- Comissões e Taxas indiretas	0	0	0	0
- Taxa de Supervisão	4.235	3.743	3.122	1.684
- Custos de Auditoria	1.845	1.845	1.845	923
- Custos de Transação	51.246	22.134	5.023	4.023

<b>Custos suportados pelos participantes</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021 (*)</b>
- Comissões de Subscrição	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
- Comissões de Resgate	7.587	2.402	14.970	749

(\*) – valores relativos ao primeiro semestre de 2021

n.a. – não aplicável

Lisboa, 23 de agosto de 2021





## **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**


**BALANÇOS**

EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO							CAPITAL E PASSIVO					
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	NOTAS	30-06-2021			30-06-2020	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	NOTAS	30-06-2021	30-06-2020	
			Bruto	Mv	mv/P	Líquido				Líquido		
<b>CARTEIRA DE TÍTULOS</b>							<b>CAPITAL DO OIC</b>					
21	Obrigações		-	-	-	-	61	Unidades de Participação	1	10.904.224	11.793.565	
22	Ações	3	18.676.486	5.643.756	221.295	24.098.947	62	Variações Patrimoniais	1	-32.439.556	-31.550.429	
23	Outros Títulos de Capital		-	-	-	-	64	Resultados Transitados	1	42.981.297	43.956.690	
24	Unidades de Participação		-	-	-	-	65	Resultados Distribuídos		-	-	
25	Direitos		-	-	-	-	67	Dividendos Antecipados das SIM		-	-	
26	Outros Instrumentos de Dívida		-	-	-	-	66	Resultados Líquidos do Exercício	1	3.131.555	-2.336.345	
	<b>TOTAL DA CARTEIRA DE TÍTULOS</b>		<b>18.676.486</b>	<b>5.643.756</b>	<b>221.295</b>	<b>24.098.947</b>		<b>TOTAL DO CAPITAL DO OIC</b>		<b>24.577.520</b>	<b>21.863.481</b>	
<b>OUTROS ATIVOS</b>							<b>PROVISÕES ACUMULADAS</b>					
31	Outros Ativos da Carteira		-	-	-	-	48	Provisões para Encargos		-	-	
	<b>TOTAL DE OUTROS ATIVOS</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>		<b>TOTAL PROVISÕES ACUMULADAS</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	
<b>TERCEIROS</b>							<b>TERCEIROS</b>					
411+...+418	Contas de Devedores	17	321.372	-	-	321.372	389.469	421	Resgates a Pagar a Participantes	17	349.260	191
	<b>TOTAL DOS VALORES A RECEBER</b>		<b>321.372</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>321.372</b>	<b>389.469</b>	422	Rendimentos a Pagar a Participantes		-	-
<b>DISPONIBILIDADES</b>							<b>423 Comissões a Pagar</b>					
11	Caixa		-	-	-	-	-	424+...+429	Outras Contas de Credores	17	82.581	76.852
12	Depósitos à Ordem	3	599.036	-	-	599.036	570.452	43+12	Empréstimos Obtidos		-	-
13	Depósitos a Prazo e com pré-aviso		-	-	-	-	-	44	Pessoal		-	-
14	Certificados de Depósito		-	-	-	-	-	46	Acionistas		-	-
18	Outros Meios Monetários		-	-	-	-	-		<b>TOTAL DOS VALORES A PAGAR</b>		<b>437.295</b>	<b>97.005</b>
	<b>TOTAL DAS DISPONIBILIDADES</b>		<b>599.036</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>599.036</b>	<b>570.452</b>	<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>				
<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>							55 Acréscimos de Custos					
51	Acréscimos de Proventos		-	-	-	-	-	56	Receitas com Provento Diferido		-	-
52	Despesas com Custo Diferido		-	-	-	-	-	58	Outros Acréscimos e Diferimentos	17	16.200	-
58	Outros Acréscimos e Diferimentos	17	11.660	-	-	11.660	28.839	59	Contas Transitórias Passivas		-	-
59	Contas Transitórias Ativas		-	-	-	-	-		<b>TOTAL DOS ACRÉSCIMOS E DIF. PASSIVOS</b>		<b>16.200</b>	<b>-</b>
	<b>TOTAL DOS ACRÉSCIMOS E DIF. ATIVOS</b>		<b>11.660</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>11.660</b>	<b>28.839</b>	<b>TOTAL DO CAPITAL E DO PASSIVO</b>				
	<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>19.608.554</b>	<b>5.643.756</b>	<b>221.295</b>	<b>25.031.015</b>	<b>21.960.486</b>		<b>Valor Unitário da Unidade de Participação</b>	1	<b>11,2426</b>	<b>9,2470</b>

Abreviaturas: MV - Mais Valtias; mv - Menos Valtias; P - Provisões.

**CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS**

EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

*(Montantes expressos em Euros)*

DIREITOS SOBRE TERCEIROS					RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS				
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	NOTAS	30-06-2021	30-06-2020	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	NOTAS	30-06-2021	30-06-2020
<b>OPERAÇÕES CAMBIAIS</b>					<b>OPERAÇÕES CAMBIAIS</b>				
911	À vista		-	-	911	À vista		-	-
912	A prazo (Forwards cambiais)		-	-	912	A prazo (Forwards cambiais)		-	-
913	Swaps cambiais		-	-	913	Swaps cambiais		-	-
914	Opções		-	-	914	Opções		-	-
915	Futuros		-	-	915	Futuros		-	-
	TOTAL		-	-		TOTAL		-	-
<b>OPERAÇÕES SOBRE TAXAS DE JURO</b>					<b>OPERAÇÕES SOBRE TAXAS DE JURO</b>				
921	Contratos a prazo (FRA)		-	-	921	Contratos a prazo (FRA)		-	-
922	Swap de taxa de juro		-	-	922	Swap de taxa de juro		-	-
923	Contratos de garantia de taxa de juro		-	-	923	Contratos de garantia de taxa de juro		-	-
924	Opções		-	-	924	Opções		-	-
925	Futuros		-	-	925	Futuros		-	-
	TOTAL		-	-		TOTAL		-	-
<b>OPERAÇÕES SOBRE COTAÇÕES</b>					<b>OPERAÇÕES SOBRE COTAÇÕES</b>				
934	Opções		-	-	934	Opções		-	-
935	Futuros	13	1.620.800	1.159.560	935	Futuros		-	-
	TOTAL		1.620.800	1.159.560		TOTAL		-	-
<b>COMPROMISSOS DE TERCEIROS</b>					<b>COMPROMISSOS COM TERCEIROS</b>				
942	Operações a prazo (reporte de valores)		-	-	941	Subscrição de títulos		-	-
944	Valores recebidos em garantia		-	-	942	Operações a prazo (reporte de valores)		-	-
945	Empréstimo de títulos		-	-	943	Valores cedidos em garantia		-	-
	TOTAL		-	-		TOTAL		-	-
	<b>TOTAL DOS DIREITOS</b>		<b>1.620.800</b>	<b>1.159.560</b>		<b>TOTAL DAS RESPONSABILIDADES</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
99	Contas de Contrapartida		-	-	99	Contas de Contrapartida		1.620.800	1.159.560



## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em Euros)

CUSTOS E PERDAS					PROVEITOS E GANHOS				
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	NOTAS	30-06-2021	30-06-2020	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	NOTAS	30-06-2021	30-06-2020
<b>CUSTOS E PERDAS CORRENTES</b>					<b>PROVEITOS E GANHOS CORRENTES</b>				
JUROS E CUSTOS EQUIPARADOS					JUROS E PROVEITOS EQUIPARADOS				
712+713	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos		-	-	812 + 813	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos		-	-
711+714+717+718	De Operações Correntes		-	21	811+814+817+818	De Operações Correntes		-	-
719	De Operações Extrapatrimoniais		951	886	819	De Operações Extrapatrimoniais		-	-
COMISSÕES E TAXAS					RENDIMENTO DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS				
722+ 723	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos		4.023	1.773		Da Carteira de Títulos e Outros Ativos		450.545	390.979
724+...+728	Outras, em Operações Correntes		271.371	257.998	822+...+824/5	De Operações Extrapatrimoniais		-	-
729	De Operações Extrapatrimoniais		172	173	829			-	-
PERDAS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS					GANHOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS				
732 + 733	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos		2.466.742	6.290.016		Na Carteira de Títulos e Outros Ativos		5.131.710	4.277.102
731+...+738	Outras, em Operações Correntes		-	-	832 + 833	Outras Operações Correntes		-	-
739	Em Operações Extrapatrimoniais		502.865	1.577.688	831+838	Em Operações Extrapatrimoniais		867.914	1.179.130
IMPOSTOS					REPOSIÇÃO E ANULAÇÃO DE PROVISÕES				
7411 + 7421	Impostos Sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos Patrimoniais	9	55.502	47.652	839	Para Riscos e Encargos		-	-
7412 + 7422	Impostos Indiretos	9	16.580	19.391	851			-	-
7418 + 7428	Outros Impostos		-	-				-	-
PROVISÕES DO EXERCÍCIO					OUTROS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES				
75	Provisões para Encargos		-	-	87			-	1
77	OUTROS CUSTOS E PERDAS CORRENTES		2.358	2.704				-	-
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS CORRENTES (A)		<u>3.320.564</u>	<u>8.198.302</u>		TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES (B)		<u>6.450.169</u>	<u>5.847.212</u>
<b>CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS</b>					<b>PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS</b>				
781	Valores Incobráveis		-	-	881	Recuperação de Incobráveis		-	-
782	Perdas Extraordinárias		-	-	882	Ganhos Extraordinários		-	-
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores		-	-	883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		1.950	14.745
788	Outros Custos e Perdas Eventuais		-	-	888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais		-	-
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS (E)		<u>-</u>	<u>-</u>		TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS (F)		<u>1.950</u>	<u>14.745</u>
66	<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se &gt;0)</b>		<b>3.131.555</b>	<b>-</b>	66	<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se &lt;0)</b>		<b>-</b>	<b>2.336.345</b>
	TOTAL		<u><b>6.452.119</b></u>	<u><b>8.198.302</b></u>		TOTAL		<u><b>6.452.119</b></u>	<u><b>8.198.302</b></u>
(8x2/3/4/5)-(7x2/3)	Resultados da Carteira de Títulos E Outros Ativos		3.111.490	-1.623.708	F-E	Resultados Eventuais		1.950	14.745
8x9-7x9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais		363.926	-399.617	B+D+F-A-C-E+74	Resultados Antes de Impostos		3.187.057	-2.288.693
B-A	Resultados Correntes		3.129.605	-2.351.090	B+D+F-A-C-E+63	Resultado Líquido do Período		3.131.555	-2.336.345

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

*(Montantes expressos em Euros)*

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	NOTAS	30-06-2021	30-06-2020
<b>OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC</b>			
<i>RECEBIMENTOS:</i>			
Subscrição de unidades de participação		1.429.181	2.313.860
<i>PAGAMENTOS:</i>			
Resgates de unidades de participação		1.814.865	4.018.233
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC		-385.684	-1.704.373
<b>OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS</b>			
<i>RECEBIMENTOS:</i>			
Venda de títulos e outros ativos da carteira		946.012	4.806.483
Rendimento de títulos e outros ativos da carteira		394.390	348.323
Outros recebimentos relacionados com a carteira		-	1
<i>PAGAMENTOS:</i>			
Compra de títulos e outros ativos		371.833	2.739.334
Comissões de Bolsa suportadas		-	12
Comissões de corretagem		395	1.523
Outras taxas e comissões		4.867	3.929
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos		963.307	2.410.009
<b>OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS</b>			
<i>RECEBIMENTOS:</i>			
Operações cambiais		296.649	1.746.135
Margem inicial em contratos de futuros e opções		105.000	-
<i>PAGAMENTOS:</i>			
Operações cambiais		298.128	1.781.071
Margem inicial em contratos de futuros e opções		-	270.000
Fluxo das operações a prazo e de divisas		103.521	-304.936
<b>OPERAÇÕES GESTÃO CORRENTE</b>			
<i>RECEBIMENTOS:</i>			
<i>PAGAMENTOS:</i>			
Comissão de gestão		252.410	252.922
Comissão de depósito		11.474	11.497
Juros devedores de depósitos bancários		-	21
Imposto e taxas		18.044	18.378
Auditoria		923	923
Custos de Research		1.813	2.589
Fluxo das operações de gestão corrente		-284.664	-286.330
<b>OPERAÇÕES EVENTUAIS</b>			
<i>RECEBIMENTOS:</i>			
Ganhos imputáveis a exercícios anteriores		-	-
<i>PAGAMENTOS:</i>			
Perdas imputáveis a exercícios anteriores		-	-
Fluxo das operações eventuais		-	-
<b>Saldo dos fluxos de caixa do período (A)</b>		<b>396.480</b>	<b>114.370</b>
<b>Efeito das Diferenças de Câmbio</b>		<b>764</b>	<b>-52</b>
<b>Disponibilidades no início do período (B)</b>	<b>3</b>	<b>201.792</b>	<b>456.134</b>
<b>Disponibilidades no fim do período (C) = (B) + (A)</b>	<b>3</b>	<b>599.036</b>	<b>570.452</b>



## **DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020**

*(montantes expressos em Euros)*

### INTRODUÇÃO

O CAIXA AÇÕES EUROPA SOCIALMENTE RESPONSÁVEL- Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações, (adiante designado por “Fundo”) foi autorizado em 24 de março de 1992 por portaria do Ministro das Finanças, tendo iniciado a sua atividade em 15 de novembro de 1993.

O Fundo foi constituído por prazo indeterminado e tem por objeto o investimento em ações emitidas por empresas europeias sedeadas na União Europeia, Suíça e Noruega, com uma filosofia de investimento socialmente responsável, cuja capitalização bolsista e liquidez sejam elevadas, que se distingam pelas melhores práticas de sustentabilidade. O seu património é investido, direta ou indiretamente, num mínimo de 85% em ações da União Europeia, Suíça e Noruega.

O objetivo principal do Fundo é proporcionar aos participantes o acesso a uma carteira de ativos orientada para a aquisição de ações, obrigações com direito de subscrição de ações, obrigações convertíveis em ações, warrants e qualquer outro tipo de valor que confira o direito de subscrição de ações, seja convertível em ações ou tenha a remuneração indexada a ações de sociedades da União Europeia, Suíça e Noruega e unidades de participação de outros fundos de ações que partilhem princípios de investimento socialmente responsável devidamente documentados.

O Fundo procura investir em empresas que se distingam por apresentarem as melhores práticas em áreas, como por exemplo respeito pelos direitos humanos, impacto ambiental ou gestão de recursos humanos, estando excluídas entidades envolvidas em sectores considerados controversos. Para implementar essa filtragem, o Fundo investe somente em empresas que estejam presentes no índice acionista STOXX® Europe Sustainability, de forma a excluir entidades com envolvimento significativo nos sectores de tabaco, jogo, armamento ou energia nuclear e, adicionalmente, selecionar as que têm práticas de responsabilidade social no mínimo acima da média do seu sector.

O Fundo poderá deter ativos de curto prazo, nomeadamente bilhetes do tesouro, certificados de depósito, depósitos bancários, papel comercial e aplicações nos mercados interbancários na medida adequada para fazer face ao movimento normal de resgate de unidades de participação e a uma gestão eficiente da sua liquidez.

O Fundo não pode investir mais de 10% do seu valor líquido global em unidades de participação de fundos de investimento.

O Fundo poderá vir a efetuar a cobertura dos riscos de variação do preço dos ativos em carteira ou de variabilidade dos rendimentos. Para o efeito o Fundo poderá contratar derivados (Futuros, Opções, Swaps, Forwards) de ações, de taxa de juro, de crédito e de câmbios.

O Fundo é administrado, gerido e representado pela Caixa Gestão de Ativos, SGOIC, S.A.. As funções de banco depositário são exercidas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD).

### BASES DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

#### Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas numa ótica de continuidade e estão apresentadas com base nos registos contabilísticos do Fundo, mantidos de acordo com o Plano Contabilístico dos Organismos de Investimento Coletivo, emitido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, na sequência das competências que lhe foram atribuídas pela Lei nº 16/2015 de 24 de fevereiro, alterada pelo Decreto-Lei nº 124/2015 de 7 de julho.



### Principais políticas contábilísticas

As políticas contábilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Especialização de Exercícios

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com a especialização do exercício, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do seu recebimento e pagamento.

Os juros das aplicações são reconhecidos na demonstração dos resultados do período em que se vencem, independentemente do momento em que são recebidos.

b) Unidades de participação

O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira.

Na valorização diária dos ativos que integram o património do Fundo, tendo em vista o cálculo do valor da unidade de participação a divulgar no dia útil seguinte, os preços aplicáveis e composição da carteira serão determinados às 17 horas de cada dia útil.

Na determinação da composição da carteira são consideradas todas as transações efetuadas e confirmadas até esse momento.

O valor da unidade de participação, para efeitos de subscrição, será conhecido e divulgado no dia útil seguinte àquele a que o pedido de subscrição se refere. O pedido de subscrição é realizado a preço desconhecido.

O valor da unidade de participação para efeitos de resgate será conhecido e divulgado no dia útil seguinte àquele a que o pedido de resgate se refere. O pedido de resgate é realizado a preço desconhecido.

c) Títulos

No que diz respeito ao critério valorimétrico dos títulos, os mesmos são valorizados de acordo com as regras estabelecidas no Prospeto do Fundo, as quais são descritas na Nota 4 do presente anexo. O critério valorimétrico para a saída de títulos de carteira utilizado foi o método de custeio FIFO.

d) Comissão de gestão

A comissão de gestão constitui um encargo do Fundo, a título de remuneração dos serviços de gestão de seu património que lhe são prestados pela Sociedade Gestora, sendo registada na rubrica de "Comissões".

Assim, o Fundo paga à entidade responsável pela gestão uma comissão nominal fixa anual de 2,20%, calculada diariamente sobre o valor do património líquido do Fundo antes de comissões e taxa de supervisão, e liquidada mensal e postecipadamente. A partir de 1 de janeiro de 2019, passou a incidir sobre esta comissão Imposto de Selo à taxa legalmente em vigor.

e) Comissão de depositário

Esta comissão destina-se a fazer face às despesas do banco depositário relativas aos serviços prestados ao Fundo.

O Fundo paga ao depositário uma comissão nominal fixa anual de 0,10%, calculada diariamente sobre o valor do património líquido do Fundo antes de comissões e taxa de supervisão, sendo liquidada mensal e postecipadamente. A partir de 1 de janeiro de 2019, passou a incidir sobre esta comissão Imposto de Selo à taxa legalmente em vigor.

f) Outros encargos



Para além dos encargos de gestão e de depósito, o Fundo suporta os encargos decorrentes das transações de valores efetuadas por sua conta, no quadro da política de investimentos estabelecida no Prospeto, designadamente: taxas de corretagem, de realização de operações de Bolsa ou fora de Bolsa, encargos fiscais, bem como os custos de auditoria obrigatórios.

O Fundo incorpora ainda custos de research, orçamentados para o ano de 2021 pelo valor máximo de 0,01%/ano sobre o VLG, enquanto instrumento indispensável à análise desenvolvida internamente, no sentido de permitir o robustecimento da proposta de valor da sociedade gestora, assente na necessidade de recurso a apoio especializado externo, dada a abrangência global e multiplicidade de classes de ativos a considerar nas estratégias de investimento. O montante dos custos a afetar ao Fundo decorre da “Metodologia de imputação de custos com estudos de investimento”, constante da Política interna da sociedade gestora, que define que os mesmos são refletidos diariamente, nas diferentes carteiras, pela parte proporcional (método pro rata) do valor médio das mesmas.

Adicionalmente, o Fundo paga à CMVM uma taxa mensal, liquidada mensal e postecipadamente. Esta taxa é calculada sobre o património líquido do Fundo, correspondente ao último dia do mês.

g) Política de rendimentos

O Fundo não distribuirá rendimentos, sendo os mesmos capitalizados na totalidade.

h) Regime fiscal

O Decreto-Lei n.º 7/2015 entrou em vigor no dia 1 de julho de 2015, tendo sido estabelecido que o Fundo passou a ser tributado em IRC, à taxa geral prevista no Código do IRC (atualmente fixada em 21%), encontrando-se isento de derrama municipal e estadual.

O lucro tributável do Fundo corresponde ao resultado líquido do exercício, apurado de acordo com as normas contabilísticas legalmente aplicáveis, não sendo, em regra, considerados os rendimentos de capitais, prediais e mais-valias, os gastos ligados aqueles rendimentos ou previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC, bem como os rendimentos, incluindo os descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para o Fundo.

Os prejuízos fiscais apurados em determinado período de tributação são deduzidos aos lucros tributáveis, havendo-os, de um ou mais dos 12 períodos de tributação posteriores, aplicando-se o disposto no n.º2 do artigo 52.º do Código do IRC.

O Fundo encontra-se sujeito a tributação autónoma às taxas previstas no Código do IRC.

O Fundo encontra-se igualmente sujeito, com as necessárias adaptações, às obrigações previstas nos artigos 117.º a 123.º, 125.º, 128.º e 130.º do Código do IRC. (e.g. declaração Modelo 22 do IRC, IES, documentação fiscal, organização e centralização da contabilidade).

No que respeita ao Imposto do Selo, os Fundos são tributados em sede deste imposto sobre o valor líquido global dos seus ativos à taxa de 0,0025%, por trimestre, relativamente aos Fundos que invistam exclusivamente em instrumentos de mercado monetário e depósitos bancários e à taxa de 0,0125%, por trimestre, para os restantes.

## OUTRAS CONSIDERAÇÕES

As notas que se seguem respeitam à numeração definida no Regulamento da CMVM n.º 6/2013 emitido pela CMVM em 12 de setembro de 2013.

As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.





## 1. CAPITAL DO FUNDO

O património do Fundo está formalizado através de unidades de participação, desmaterializadas, com características iguais e sem valor nominal, assumindo a forma escritural, as quais conferem aos seus titulares o direito de propriedade sobre os valores do Fundo, proporcional ao número de unidades que representam.

O movimento ocorrido no capital do Fundo durante o primeiro semestre de 2021 foi o seguinte:

	31-12-2020	Subscrições	Resgates	Outros	Res. líq. do exerc.	30-06-2021
Valor base	11.237.264	660.240	-993.280	-	-	10.904.224
Diferença p/ Valor Base	-32.063.628	768.941	-1.144.869	-	-	-32.439.556
Resultados transitados	43.956.690			-975.392	-	42.981.297
Resultados distribuídos	-			-	-	-
Resultado líquido do exercício	-975.392			975.392	3.131.555	3.131.555
	<u>22.154.934</u>	<u>1.429.181</u>	<u>-2.138.149</u>	<u>-</u>	<u>3.131.555</u>	<u>24.577.520</u>
Nº de unidades de participação	<u>2.252.869</u>	<u>132.366</u>	<u>-199.135</u>			<u>2.186.101</u>
Valor da unidade de participação	<u>9,8341</u>	<u>10,7972</u>	<u>10,7372</u>			<u>11,2426</u>

O valor líquido global do Fundo, em termos globais e unitários, assim como o número de unidades de participação em circulação apresentaram a seguinte evolução:

Ano	Mês	VLGF	Valor da UP	N.º UP's em Circulação
2021	Jan	21.442.289	9,6390	2.224.545
	Fev	21.929.226	9,8744	2.220.827
	Mar	23.365.531	10,6177	2.200.613
	Abr	24.047.111	10,8832	2.209.560
	Mai	24.950.563	11,1395	2.239.838
	Jun	24.577.520	11,2426	2.186.101

**3. INVENTÁRIO DA CARTEIRA DE TÍTULOS**

A 30 de junho de 2021, a carteira do Fundo decompõe-se da seguinte forma:

	<b>Preço de aquisição</b>	<b>Mais valias</b>	<b>menos valias</b>	<b>Valor da carteira</b>
<b>1 - VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS</b>				
1.3 - Mercado de Bolsa de Estados Membros UE				
1.3.4 - Ações				
SIEMENS	896.549	382.862	-	1.279.412
ALLIANZ	298.692	5.823	-	304.514
RWE-RHEINISCH WEST..	73.933	28.382	-	102.315
MUNCHENER RUCKVERS.	168.930	-	-4.032	164.898
ADIDAS- SALOMON AG	356.551	51.519	-	408.070
SAP SE	271.728	22.995	-	294.723
DEUTSCHE TELEKOM	275.336	27.949	-	303.285
DEUTSCHE POST	673.092	466.880	-	1.139.973
AXA-UAP	1.003.100	192.044	-	1.195.144
L OREAL	601.808	385.419	-	987.227
Kering	478.984	239.591	-	718.575
AIR LIQUIDE	539.743	143.185	-	682.928
SCHNEIDER	292.850	232.961	-	525.811
L.V.M.H.	392.445	513.536	-	905.981
GLE ENTREP. VINCI	619.063	49.202	-	668.266
SANOFI SYNHLABO	342.896	36.434	-	379.329
ILIAD SA	162.436	-	-42.738	119.698
RELX PLC	611.714	38.947	-	650.661
UNILEVER PLC	752.998	-	-39.871	713.127
IBERDROLA	373.674	110.699	-	484.373
INDITEX	121.340	6.472	-	127.812
BANCA INTESA	641.281	162.363	-	803.645
ENEL	338.916	142.329	-	481.245
ESSITY AKTIEBO-B	108.086	28.978	-	137.064
KONINKLIJKE PHILIPS	153.565	22.287	-	175.852
ASML NA	573.513	911.489	-	1.485.002
Prosus NV	418.682	27.811	-	446.493
Adyen NV	304.676	88.880	-	393.556
NOVO NORDISK AS	333.895	127.472	-	461.367
ANHEUSER-BUSCH INB	379.007	20.637	-	399.643
LINDE PLC	439.098	198.966	-	638.064
Sub-Total:	<b>12.998.581</b>	<b>4.666.110</b>	<b>-86.641</b>	<b>17.578.051</b>
1.5 - Mercados Bolsa de Estados Nao Membro UE				
1.5.4 - Ações				
BRITISH TELECOM.	189.194	151.696	-	340.889
NATIONAL GRID	114.598	12.841	-	127.439
ASTRAZENECA	429.588	214.118	-	643.706
VODAFONE	275.585	-	-48.015	227.570
DIAGEO ORD.	976.568	72.930	-	1.049.498
PRUDENTIAL CORP.	806.144	11.465	-	817.609
RECKITT BENCKISER	632.343	-	-35.654	596.689
OCADO GROUP PLC	16.028	89.360	-	105.388
LONDON STOCK EXCH GR	623.354	-	-50.985	572.370
ROCHE HOLD. GENUSSCH	325.500	101.752	-	427.251
ZURICH ALLIED AG	311.460	34.880	-	346.340
NESTLE REG.	703.935	123.096	-	827.031
ABB LTD	273.607	165.508	-	439.116



Sub-Total:	<u>5.677.904</u>	<u>977.645</u>	<u>-134.654</u>	<u>6.520.896</u>
Total	<u><b>18.676.486</b></u>	<u><b>5.643.756</b></u>	<u><b>-221.295</b></u>	<u><b>24.098.947</b></u>

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades, durante primeiro semestre de 2021 foi o seguinte:

	<u>31-12-2020</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Reduções</u>	<u>30-06-2021</u>
Depósitos à ordem	201.792			599.036
	<u>201.792</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>599.036</u>

Em 30 de junho de 2021 e 2020, os depósitos à ordem, por moeda, encontram-se domiciliados na seguinte instituição:

	<u>30-06-2021</u>		<u>30-06-2020</u>	
	<u>Moeda Original</u>	<u>Valor em euros</u>	<u>Moeda Original</u>	<u>Valor em euros</u>
Caixa Geral de Depósitos				
EUR	583.122	583.122	528.786	528.786
GBP	1.500	1.747	17.218	18.951
CHF	1.498	1.366	18.574	17.456
USD	4.056	3.423	5.479	4.875
SEK	37.097	3.656	2.267	217
DKK	41.923	5.637	650	87
NOK	864	85	864	80
		<u>599.036</u>		<u>570.452</u>

#### 4. CRITÉRIOS DE VALORIZAÇÃO DOS ATIVOS

##### 4.1 Momento de referência da valorização

O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira.

Na valorização diária dos ativos que integram o património do Fundo, tendo em vista o cálculo do valor da unidade de participação a divulgar no dia útil seguinte, os preços aplicáveis e composição da carteira serão determinados às 17 horas de cada dia útil.

Na determinação da composição da carteira, são consideradas todas as transações efetuadas e confirmadas, até esse momento.



O valor da unidade de participação, para efeitos de subscrição, será conhecido e divulgado no dia útil seguinte àquele a que o pedido de subscrição se refere. O pedido de subscrição é realizado a preço desconhecido.

O valor da unidade de participação para efeitos de resgate será conhecido e divulgado no dia útil seguinte àquele a que o pedido de resgate se refere. O pedido de resgate é realizado a preço desconhecido.

#### 4.2. Regras de valorimetria e cálculo do valor da unidade de participação

A valorização dos ativos integrantes do património do Fundo e o cálculo do valor da unidade de participação são efetuados de acordo com as normas legalmente estabelecidas, observando-se o seguinte:

- a) Os valores mobiliários, os instrumentos derivados e os restantes instrumentos negociados em mercado regulamentado são valorizados ao último preço verificado no momento de referência, difundido através da Bloomberg ou da Reuters.
- b) Os valores mobiliários, os instrumentos derivados e os restantes instrumentos negociados em mais do que um mercado regulamentado são valorizados aos preços praticados no mercado onde os mesmos são normalmente transacionados pela entidade responsável pela gestão.
- c) Os valores mobiliários, os instrumentos derivados e os restantes instrumentos negociados em mercado regulamentado que não sejam transacionados nos 15 dias que antecedem a respetiva avaliação são equiparados a valores não negociados em mercado regulamentado, para efeitos de valorimetria.
- d) Os valores mobiliários não negociados em mercado regulamentado são valorizados ao valor médio das ofertas de compra e de venda firmes, obtidas diretamente ou difundidas através de meios de informação especializados como sejam a Bloomberg ou a Reuters. Na impossibilidade da sua obtenção será utilizado: (i) valor médio das ofertas de compra e venda difundidas através de entidades especializadas, caso as mesmas se apresentem em condições normais de mercado, ou (ii) o valor médio das ofertas de compra difundidas através de entidades especializadas, caso não se verifiquem as condições referidas em (i). Em qualquer dos casos não são elegíveis ofertas ou médias de ofertas que incluam valores de ofertas de entidades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a entidade responsável pela gestão, nos termos dos artigos 20.º e 21.º do Código dos Valores Mobiliários, e cuja composição e critérios de ponderação não sejam conhecidos.
- e) As unidades de participação, quando não for possível aplicar as alíneas a) e b), são avaliadas ao último valor conhecido e divulgado pela respetiva entidade responsável pela gestão;
  - a. desde que a data de divulgação do mesmo não diste mais de 3 meses da data de referência; ou
  - b. desde que, distando a data de divulgação do mesmo mais de 3 meses da data de referência, tal valor é o que reflete o justo valor atendendo às especificidades dos fundos de investimento mobiliário em que o Fundo invista.
- f) As posições cambiais são avaliadas em função das últimas cotações conhecidas no momento de referência de valorização da carteira difundidas através de meios de informação especializados como sejam a Bloomberg ou a Reuters, ou pelo Banco de Portugal.
- g) Os instrumentos financeiros derivados OTC são valorizados ao valor médio das ofertas de compra e de venda firmes, obtidas diretamente ou difundidas através de meios de informação especializados como sejam a Bloomberg ou a Reuters. Na impossibilidade da sua obtenção será utilizado: (i) valor médio das ofertas de compra e venda difundidas através de entidades especializadas, caso as mesmas se apresentem em condições normais de mercado, ou (ii) o valor



médio das ofertas de compra ou venda (consoante se trate respetivamente, de posições longas ou curtas) difundidas através de entidades especializadas, caso não se verifiquem as condições referidas em (i). Em qualquer dos casos não são elegíveis ofertas ou médias de ofertas que incluam valores de ofertas de entidades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a entidade responsável pela gestão, nos termos dos artigos 20.º e 21.º do Código dos Valores Mobiliários, e cuja composição e critérios de ponderação não sejam conhecidos.

h) Na impossibilidade da aplicação das alíneas d) ou g), a entidade responsável pela gestão recorre à aplicação de modelos teóricos que considere mais apropriados atendendo às características do ativo, sem prejuízo dos casos particulares abaixo indicados:

a. Tratando-se de instrumentos financeiros em processo de admissão a um mercado regulamentado, pode a entidade responsável pela gestão adotar critérios que tenham por base a avaliação de instrumentos financeiros da mesma espécie emitidos pela mesma entidade e que se encontrem admitidos à negociação, tendo em conta as características de fungibilidade e liquidez entre as emissões;

b. Tratando-se de instrumentos do mercado monetário, sem instrumentos financeiros derivados incorporados, que distem menos de 90 dias do prazo de vencimento, pode a entidade responsável pela gestão considerar para efeitos de avaliação o modelo do custo amortizado, desde que:

i. os instrumentos do mercado monetário possuam um perfil de risco, incluindo riscos de crédito e de taxa de juro, reduzido;

ii. a detenção dos instrumentos do mercado monetário até à maturidade seja provável ou, caso esta situação não se verifique, seja possível em qualquer momento que os mesmos sejam vendidos e liquidados pelo seu justo valor;

iii. se assegure que a discrepância entre o valor resultante do método do custo amortizado e o valor de mercado não é superior a 0,5%.

c. Tratando-se de contratos forwards cambiais, serão considerados para o apuramento do seu valor, a respetiva taxa de câmbio spot, as taxas de juro a prazo das respetivas moedas e o prazo remanescente do contrato.

9. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos suportados pelo Fundo durante os primeiros semestres de 2021 e de 2020 foram os seguintes:

	30-06-2021	30-06-2020
<b>Impostos Sobre o Rendimento de Capitais</b>		
Pagos no estrangeiro		
Dividendos	55.502	47.652
	<u>55.502</u>	<u>47.652</u>
Impostos indiretos		
Pagos em Portugal		
Imposto do selo	16.580	15.720
Pagos no estrangeiro		
Imposto do selo	-	2.852
Outros	-	819
	<u>16.580</u>	<u>19.391</u>
	<u>72.082</u>	<u>67.043</u>

11. EXPOSIÇÃO AO RISCO CAMBIAL

A 30 de junho de 2021 e 2020, o Fundo detinha os seguintes valores em moeda estrangeira:

30-06-2021						
Moedas	À vista	A Prazo			Total a Prazo	Posição Global
		Futuros	Forward	Opções		
USD	4.056	-	-	-	-	4.056
CHF	2.235.131	-	-	-	-	2.235.131
DKK	3.467.293	-	-	-	-	3.467.293
GBP	3.855.959	-	-	-	-	3.855.959
NOK	-5.173	-	-	-	-	-5.173
SEK	1.427.663	-	-	-	-	1.427.663
Contravalor €	<u>7.140.951</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.140.951</u>

30-06-2020						
Moedas	À vista	A Prazo			Total a Prazo	Posição Global
		Futuros	Forward	Opções		
USD	5.479	-	-	-	-	5.479
CHF	2.352.849	-	-	-	-	2.352.849
DKK	1.413.895	-	-	-	-	1.413.895
GBP	3.499.999	-	-	-	-	3.499.999
NOK	-5.173	-	-	-	-	-5.173
SEK	1.698.911	-	-	-	-	1.698.911
Contravalor €	<u>6.420.094</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.420.094</u>



Naquelas datas, não existiam operações de cobertura de risco cambial em aberto.

### 13. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE COTAÇÕES

Em 30 de junho de 2021 e 2020, o Fundo apresentava os seguintes valores de carteira de ações, operações extrapatrimoniais realizadas e posição de risco não coberta:

	30-06-2021			
	Montante (€)	Extrapatrimoniais		Saldo
		Futuros	Opções	
Ações e Direitos	24.098.947	1.620.800	-	25.719.747
	<u>24.098.947</u>	<u>1.620.800</u>	<u>-</u>	<u>25.719.747</u>

	30-06-2020			
	Montante (€)	Extrapatrimoniais		Saldo
		Futuros	Opções	
Ações e Direitos	20.971.726	1.159.560	-	22.131.286
	<u>20.971.726</u>	<u>1.159.560</u>	<u>-</u>	<u>22.131.286</u>

### 15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao Fundo durante os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020 apresentavam o seguinte detalhe:

	30-06-2021		30-06-2020	
	Valor	% VLGF *	Valor	% VLGF *
Comissão de Gestão	266.929	1,1346%	254.861	1,1409%
Comissão de Depósito	12.134	0,0516%	11.585	0,0519%
Taxa de Supervisão	1.684	0,0072%	1.576	0,0071%
Taxa de Majoração	120	0,0005%	101	0,0005%
Custos de Auditoria	923	0,0039%	923	0,0041%
Custos de Research	-300	-0,0013%	1.781	0,0080%
	<u>281.488</u>		<u>270.827</u>	
Valor Médio Global do Fundo	<u>23.525.780</u>		<u>22.337.737</u>	
Taxa Encar. Correntes (TEC)	<u>1,1965%</u>		<u>1,2124%</u>	

\* Percentagens calculadas sobre a média diária do valor do Fundo relativa ao período de referência.

17. OUTROSTerceiros - Ativo

Em 30 de junho de 2021 e 2020 estas rubricas têm a seguinte composição:

	30-06-2021	30-06-2020
Terceiros - Ativo		
Devedores		
Operações em Futuros		
Margem	321.372	389.469
	<u>321.372</u>	<u>389.469</u>

Terceiros - Passivo

Em 30 de junho de 2021 e 2020 estas rubricas têm a seguinte composição:

	30-06-2021	30-06-2020
Terceiros - Passivo		
Resgates a pagar a participantes	349.260	191
Comissões a pagar		
Entidade Gestora	47.409	41.967
Entidade Depositária	2.152	1.907
Autoridade de Supervisão	713	744
Outras Entidades	32.307	32.234
	<u>82.581</u>	<u>76.852</u>
Outras Contas de Credores		
Estado e Outros Entes Públicos		
Imposto sobre o rendimento	-	14.567
Imposto do selo	3.096	2.691
Outros Valores a Pagar		
Custos Research	1.435	1.781
Auditoria	923	923
	<u>5.454</u>	<u>19.962</u>
	<u>437.295</u>	<u>97.005</u>



Acréscimos e diferimentos - Ativo

Em 30 de junho de 2021 e 2020 estas rubricas têm a seguinte composição:

	30-06-2021	30-06-2020
Acréscimos e Diferimentos - Ativo		
Outros acréscimos e diferimentos		
Ajustamentos de margem	-	720
Outras operações a regularizar	11.660	28.119
	<u>11.660</u>	<u>28.839</u>

Acréscimos e diferimentos - Passivo

Em 30 de junho de 2021 e 2020 estas rubricas têm a seguinte composição:

	30-06-2021	30-06-2020
Acréscimos e Diferimentos - passivo		
Outros acréscimos e diferimentos		
Ajustamentos de margem	16.200	-
	<u>16.200</u>	<u>-</u>

**18. EVENTOS CONTINGENTES – COVID 19**

Na sequência do surto pandémico Covid-19, o Conselho de Administração da sociedade gestora do Fundo tomou medidas de minimização dos riscos resultantes do desenvolvimento da pandemia e ativou o plano de contingência, passando a atividade a ser desenvolvida no edifício sede e em regime de teletrabalho.

Apesar da pandemia, a conjuntura de retoma económica e os avanços na vacinação em vários países, contribuíram para que a generalidade dos mercados acionistas registasse ganhos no 1º semestre de 2021, com vários a atingirem novos máximos históricos.

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora continuará a acompanhar a evolução da situação económica mundial e os seus efeitos nos mercados de capitais, considerando que as atuais circunstâncias excecionais decorrentes da pandemia não colocam em causa a continuidade das operações do Fundo.



## RELATÓRIO DE AUDITORIA

## RELATÓRIO DE AUDITORIA

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Caixa Ações Europa Socialmente Responsável - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações** (adiante também designado simplesmente por Fundo), gerido pela Caixa Gestão de Ativos Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A. (adiante também designada simplesmente por Entidade Gestora), que compreendem o balanço em 30 de junho de 2021 (que evidencia um total de 25 031 015 euros e um total de capital do Fundo de 24 577 520 euros, incluindo um resultado líquido de 3 131 555 euros), a demonstração de resultados e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período de seis meses findo naquela data, e as divulgações às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Caixa Ações Europa Socialmente Responsável - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações em 30 de junho de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de seis meses findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do período de seis meses corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Matéria relevante de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
<b>1. Valorização dos ativos mobiliários</b>	
<p>A carteira de títulos corresponde a cerca de 96% do ativo, sendo a sua valorização diária determinada pela cotação dos respetivos títulos em carteira, representando as menos-valias e mais-valias potenciais uma parte significativa dos custos e proveitos reconhecidos no período. Assim, a verificação das cotações constitui uma área significativa de auditoria. Os procedimentos adotados na valorização dos títulos em carteira são descritos na nota 4 das Divulgações às demonstrações financeiras.</p>	<p>Testes de conformidade ao processo de importação e registo das cotações diárias dos títulos em carteira. Testes substantivos para validação da valorização dos títulos em carteira e do cálculo das respetivas mais e menos-valias potenciais, com base nas cotações.</p>
<b>2. Cumprimento de regras e limites legais e regulamentares</b>	
<p>A confirmação do cumprimento das regras e limites previstos no Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, nos Regulamentos da CMVM e no Regulamento de Gestão do Fundo assume uma particular importância na auditoria, com potencial impacto na autorização do Fundo e na continuidade das suas operações.</p>	<p>Analisámos os procedimentos e ferramentas de controlo do cumprimento das regras e limites legais e das políticas de investimento do Fundo. Recalculámos os limites legais e regulamentares e verificámos o impacto de eventuais situações de incumprimento reportadas nesses mapas, incluindo a verificação da comunicação/ autorização da CMVM em caso de incumprimento.</p>

### **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa

razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do Fundo;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.
- (vii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período de seis meses corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- (viii) declaramos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência

e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

### **Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014**

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- (i) Fomos nomeados auditores do Fundo, pela Entidade Gestora, para um primeiro mandato compreendido entre 2017 e 2020 e para um segundo mandato compreendido entre 2021 e 2024;
- (ii) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- (iii) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora em 27 de agosto de 2021;
- (iv) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Fundo e respetiva Entidade Gestora durante a realização da auditoria;
- (v) Informamos que não prestámos ao Fundo quaisquer serviços distintos da auditoria.

### **Sobre as matérias previstas no nº 8 do artigo 161º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo**

Nos termos do nº 8 do artigo 161º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei nº 16/2015, de 24 de fevereiro, devemos pronunciar-nos sobre o seguinte:

- (i) O adequado cumprimento das políticas de investimentos e de distribuição dos resultados definidas no regulamento de gestão do organismo de investimento coletivo;
- (ii) A adequada avaliação efetuada pela entidade responsável pela gestão dos ativos e passivos do organismo de investimento coletivo, em especial no que respeita aos instrumentos financeiros transacionados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral e aos ativos imobiliários;
- (iii) O controlo das operações com as entidades referidas no nº 1 do artigo 147º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- (iv) O cumprimento dos critérios de valorização definidos nos documentos constitutivos e o cumprimento do dever previsto no nº 7 do artigo 161º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- (v) O controlo das operações realizadas fora do mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;
- (vi) O controlo dos movimentos de subscrição e de resgate das unidades de participação;
- (vii) O cumprimento dos deveres de registo relativos aos ativos não financeiros, quando aplicável.

Sobre as matérias indicadas não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 27 de agosto de 2021



Ana Gabriela Barata de Almeida, em representação de  
BDO & Associados - SROC  
(Inscrita no Registo de Auditores da CMVM sob o nº 20161384)